

Por uma nova política antiinflacionária

GAZETA MERCANTIL

10 SET 1992

Herbert Levy*

É mais do que tempo reconhecermos que os métodos recomendados pelo Fundo Monetário Internacional para o combate à inflação, no que respeita ao Brasil e aos países em desenvolvimento, não devem prevalecer. Na verdade eles acarretam inconvenientes no plano econômico e social bem mais sérios do que a própria inflação.

Quando da visita a uma indústria do porte da Multi-brás, na Zona Franca de Manaus, Ugo Miguel Etchenique, presidente do grupo Brasmotor, fundador há muitos anos dessa empresa que nos acompanha, aponta para o desastre que significa ter 60% do maquinário parado. A máquina não tem alma mas o operador, transformado em marginal numa sociedade subdesenvolvida e



que a Nação pretende amparar via incentivos fiscais, com sua família, passa a comer o pão que o diabo amassou. E como não funciona, verdadeiramente, o seguro-desemprego, um verdadeiro martírio para milhões de desempregados e suas famílias.

Deve mudar esse estado de coisas. Lembramos e repetimos sempre que o caminho de um eficiente e construtivo combate à inflação é cada qual abrir mão de uma parte do seu interesse em favor do interesse comum. Será que o exemplo do que proporcionou a Espanha o Pacto de Moncloa, salvando sua democracia incipiente e lançando os alicerces de um notável desenvolvimento econômico, não sensibiliza os setores responsáveis? Por que devemos adotar métodos ruinosos para nós embora possam funcionar nos países desenvolvidos? Em nome de quais interesses? Se todos, produtores, trabalhadores e setor público são atingidos de forma tão negativa?

O bom senso deve prevalecer e os esforços de todas

as lideranças responsáveis convergir para o pacto social.

É a saída do realismo e do bom senso e, afinal, o próprio FMI e os credores do Brasil iriam aplaudi-la.

Vários setores que integram a comunidade devem ceder um pouco, em benefício comum, e no final todos sairão ganhando. Um bom ponto de partida foi o entendimento entre a FIESP e a Força Sindical. Reajustados mensalmente preços e salários, como foi acordado entre as duas entidades, 10% abaixo da inflação apurada, estabelece-se um caminho seguro para o final da inflação sem traumas.

Estamos vendo os esforços do ministro da Economia, Marcellio Marques Moreira, cuja idoneidade ninguém põe em dúvida. Mas verifica-se que a inflação não cede, permanecendo em patamares altos, em parte porque tornou-se um hábito e proporciona maiores lucros aos intermediários.

Assim, os métodos precisam mudar. O entendimento tipo pacto social entre

governo, empresários e sindicalistas é um imperativo para sairmos do impasse e evitar que juros altos, crédito difícil e recessão continuem sendo usados como se fossem fórmulas válidas, aumentando o desemprego sistematicamente e portanto levando cada vez um maior número de brasileiros para a área de pobreza absoluta.

Decorreu, já, um longo tempo para verificar que as atuais medidas não produzem o resultado esperado. Ao contrário, cresce semanalmente o número de desempregados, que não têm nenhum amparo social efetivo. Não fosse o povo brasileiro tão pacífico e conformado, esse quadro nos levaria a agitações sociais graves. Mas justamente pelo fato de não ocorrerem, impõe-se aos homens públicos de responsabilidade adotar uma política econômica antiinflacionária diferente, que produza resultados sem o trauma de sofrimentos humanos a que assistimos.

* Diretor-responsável da Gazeta Mercantil.